



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - PDE**

ELIANETE GONÇALVES DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - PDE**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elianete Gonçalves de Oliveira

LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - PDE

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em ___ de _____ de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. avaliador

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

Elianete Gonçalves de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em memória de meu esposo, aos meus filhos Edson e Júnior pelo incentivo e carinho, aos alunos e funcionários da E. E. Frei Anselmo porque aprendemos juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e capacidade de superação, à minha família, às professoras do curso de Gestão pelo apoio, especificamente à Ângela e Angélica pelo carinho, compreensão e atenção constantes. À psicóloga Lucíola Resende pelo apoio e solidariedade e a todos que de alguma forma contribuíram para que eu concluísse o curso.

“Algo só é impossível até que alguém
duvide e prove o contrário”

Albert Einstein

RESUMO

A análise das contradições e limitações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) enfatiza a educação como direito. Apresenta o paralelo entre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o PDE, salientando as vantagens, limitações e contradições deste, tendo por base a realidade da escola e as reflexões de vários autores. Salienta a importância do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola para o processo de formação dos educandos e da gestão democrática para um ensino de qualidade. Tem como objetivo geral, analisar as contradições e limitações do PDE, analisar as metas propostas no mesmo, avaliar suas ações, como sua inserção no PPP conforme as necessidades diagnosticadas previamente na escola. Apresentam-se por meio das reflexões dos autores sugestões implícitas de aperfeiçoamento que poderão contribuir para a melhor qualidade da educação.

Palavras-chave: PDE, Gestão Democrática.

ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDESCOLA	Fundo de Desenvolvimento da Escola
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. OBJETIVOS	10
1.1 Objetivo Geral.....	10
1.2 Objetivos Específicos	10
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	11
4. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	11
5. PDE E PPP: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	12
6. LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PDE.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXOS	21

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal (1988) em seu art. 205 declara:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

O direito à educação não ficou restrito à Constituição. Foi enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação, nos pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação. Mas não basta que o direito seja reconhecido, ele precisa ser garantido e uma das atribuições do gestor escolar é a de assumir e liderar a efetivação deste direito no interior da escola.

No art. 206, a Constituição tem como princípio do ensino a garantia de um padrão de qualidade, o que supõe profissionais habilitados, capacitados com domínio dos métodos e técnicas de ensino, acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Nesse sentido, destaca-se que para uma atuação com bases críticas e reflexivas os profissionais da educação precisam ter domínio dos instrumentos e conteúdos à disposição.

Contudo, enfatiza-se que recursos pedagógicos, planejamentos de novas metodologias não mudam a educação. Eles precisam vir associados à melhor infraestrutura, valorização profissional, propostas claras e justas com equidade e menos ambiguidade. Em uma sociedade globalizada, a qualidade do ensino requer mudanças, inovações no compasso do desenvolvimento, gerando conhecimentos.

Essa análise objetiva desenvolver reflexões a respeito do programa PDE criado pelo MEC (Ministério da Educação) em 2007, elaborado conforme o PAR (Plano de Ações Articuladas), fazendo uma correspondência com as vinte e oito diretrizes do Plano de Metas. Conforme o Ministério da Educação (MEC, 2007) Suas ações têm como objetivo elevar o nível da educação brasileira conforme o nível dos países desenvolvidos. Tem presente em si os conceitos de planejamento e o de participação.

O Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE está organizado em etapas que ajudam a equipe escolar identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar seus objetivos. Considera-se como um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. (MEC, 2007).

Saviani (2009) considera o PDE a primeira política pública educacional a encarar a questão de qualidade do Ensino com prioridade, embora ele seja somente o primeiro passo.

Não é um plano e por isso não substitui o PNE (Plano Nacional de Educação). É uma política pública, um conjunto de medidas e metas para o país, esclarecido por decreto. É, portanto, um ato do poder executivo, não uma lei e está mais ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolve ações em diferentes áreas da economia para impulsionar o crescimento econômico do país. (Saviani, 2009).

Assevera-se que não basta a implantação do PDE, é necessário ainda o envolvimento da equipe pedagógica para realizar o planejamento e as ações necessários para alcançar os objetivos propostos, lembrando que somente boa atuação dos profissionais e boas intenções dos alunos e família, embora importantes, não qualifica educação. Necessita-se de infraestrutura adequada, valorização dos profissionais, respeito aos educandos proporcionando-lhes o que é garantido por lei: educação de qualidade com equidade.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Analisar as contradições e limitações do PDE, as alternativas possíveis para o aperfeiçoamento de suas ações e sua inserção no PPP.

1.2 Objetivos Específicos

- Diferenciar PDE e PPP
- Analisar as metas e ações propostas no PDE.

2. JUSTIFICATIVA

Na prática cotidiana vivenciamos situações adversas. A qualidade do ensino ministrado na escola pública sendo questionada, embora seja um direito legal. Teoricamente são propostos programas e metas e os resultados continuam insatisfatórios. O presente trabalho analisa as contradições e limitações do PDE. Por isso, enfatiza-se o quanto a teoria pode diferir da realidade quando se trata dos

princípios democráticos e da autonomia das escolas. Como a educação não é um ato isolado; estudiosos, educadores, a sociedade em geral, buscam alternativas para alcançar a qualidade almejada.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Realizou-se uma busca aberta no Google usando como termos de busca PDE-Escola e foram selecionados por título 08 artigos. Em seguida realizou-se a busca com os termos Gestão Democrática sendo selecionados 15 artigos. A escolha sintetizou-se em 09. Optou-se por trabalhos que tratassem especificamente sobre o PDE e a gestão democrática da escola abordando a educação como direito. Destaca-se que, no estudo da literatura, os autores Maria Dineia Espíndola Fernandes (2004), Elisângela Alves da Silva Scaff (2007), Lilian Beatriz Daroz Pinto de Arruda Sodré (2008), Demerval Saviani (2009), Antônio Carlos da R. Xavier e José Amaral Sobrinho (2006), Ilma Passos A.Veiga (1998), Naura S.C.Ferreira(1998),Vitor H. Paro (2007), constituíram o embasamento teórico dessa análise por meio das reflexões por eles apresentadas, como também a Constituição Federal(1988) e o MEC.(2007).

4. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Após a delimitação do tema em análise, realizou-se a pesquisa documental. Houve também observação de fatos e experiências vividos no ambiente da escola, ou seja, pesquisa de campo. Posteriormente, a realização de um paralelo entre o PDE e o PPP, analisadas as contribuições, limitações e contradições do PDE sob a visão de vários autores e quais mudanças poderiam ser realizadas para melhores resultados.

5. PDE E PPP: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Para melhor compreensão da análise é importante distinguir PDE do PPP. O PDE é uma política pública, plano de governo, instrumento criado com o objetivo de apoio à gestão escolar. Pode ser aplicado em qualquer escola, no entanto prioriza as escolas consideradas estratégicas, com resultados abaixo da média proposta, sendo implantado inicialmente nas regiões carentes. Segundo Fonseca (2009), em 1998, o MEC (Ministério da Educação) e o Banco Mundial (BM) firmaram parceria quanto à implantação do Programa de Fundo de Desenvolvimento da Escola (FUNDESCOLA), com a proposta de melhorar a qualidade das escolas de Ensino Fundamental. Inserido neste programa estão vários projetos, incluindo o PDE. Foi lançado em 2007 pelo Ministério da Educação, propondo um conjunto de objetivos de metas e ações, cujo objetivo é elevar o nível da educação brasileira. Sua ação visa promover a autonomia e o fortalecimento da gestão escolar por meio de um planejamento estratégico, centrado na racionalização, na eficácia e na eficiência do desempenho escolar. É uma proposta para resoluções de problemas em curto prazo. As ações e seus respectivos cronogramas de realizações variam conforme as necessidades e situações de cada escola. Conforme a média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) define a política de investimentos de recursos na educação.

O PPP (Projeto Político Pedagógico): é um planejamento geral da escola tendo como base a legislação vigente, com orientações de órgãos superiores como SEE (Secretaria de Estado da Educação) através da SRE (Superintendência Regional de Ensino). É flexível, pois pode ser alterado conforme a necessidade e realidade da escola. A dimensão política consiste no envolvimento de toda a comunidade escolar (interna e externa), como funcionários, professores, alunos, pais. Sendo ao final de sua elaboração aprovado pelo Colegiado Escolar. A dimensão pedagógica visa o ensino/aprendizagem. Tem como foco a formação dos educandos. Após elaboração do PDE, sendo um planejamento estratégico, suas metas e ações propostas são inseridas no PPP, pois é alternativa para melhorar o desempenho dos alunos, o que significa a qualidade do ensino da escola.

A E.E. Cecília Meireles está desenvolvendo o PDE com ações previstas para 2014 e 2015. O objetivo principal da escola é a aprendizagem. Destaca-se que a

escola que estimula seus alunos para reflexões e novas descobertas, aquisição do conhecimento, pelo prazer de aprender, está contribuindo para a educação de qualidade. Para chegar à qualidade almejada, estudiosos, educadores e a sociedade em geral vem buscando alternativas, porque a educação não é um ato isolado. Ela depende de fatores intra e extraescolares. O planejamento é um elemento essencial, pois é fundamental ter clareza das metas e o que fazer para alcançá-las. Azevedo cita Barbier (1996), ao definir que projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico, os envolvidos objetivam articular a dimensão da intencionalidade às da efetividade e possibilidade. No decorrer deste processo, vão sendo evidenciadas as fragilidades como baixo desempenho dos alunos, número de reprovação acima da média, evasão acentuada no Ensino Médio, necessidade de diversidade metodológica. A comunidade escolar, visando à qualidade da escola, como uma escola com as condições necessárias para o desenvolvimento do processo pedagógico, mobilizou-se para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

O PDE é uma proposta de planejamento estratégico a ser desenvolvido pelas escolas públicas por meio de um modelo gerencial. Está organizado em etapas que ajudam a equipe escolar a identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar os seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e melhorar os seus resultados. (MEC, 2006)

Conforme afirma Saviani (2009), o PDE tem em si os conceitos de planejamento e participação. O planejamento participativo com uma tendência de propostas de ferramentas para intervir na realidade. Xavier (2006), afirma ser o PDE:

[...] um plano gerencial, um poderoso e moderno instrumento de planejamento, já que este é o documento central do trabalho da escola, refletindo seu conjunto de intenções, lista de metas, atividades e instrumentos de acompanhamento, controle e avaliação, configurando-se como um plano de desenvolvimento ou melhoria da escola e neste sentido o PDE possibilita aspectos dinâmicos. (Xavier, 2006, p.10-11).

Segundo Veiga (1998), a participação é um mecanismo de representação e participação política e requer compromisso. A mobilização de alunos, funcionários, professores, pais vinculados a processos de socialização educativa na escola e na família possibilita a integração.

O PDE interativo dividiu o diagnóstico em três eixos. Em cada eixo são incluídas duas dimensões. As dimensões subdividem-se em temas. Inicialmente é formado o grupo de trabalho, composto por supervisoras, vice-diretoras, quadro administrativo, diretora, representantes de alunos e pais. Esta equipe é responsável pela elaboração. Convocar reuniões, elaborar o plano, encaminhar e acompanhar a análise, acompanhar a implementação e execução das ações que serão realizadas pelos professores e demais funcionários (professoras que atuam na biblioteca, eventual) e promover avaliações contínuas do plano. O Comitê da Secretaria de Estado da Educação tem como atribuições auxiliar as escolas a realizar o planejamento, analisar, revisar, aprovar, encaminhar para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e acompanhar a execução dos planos dos programas federais com base em critérios técnicos, pedagógicos e financeiros.

O diagnóstico é a etapa mais importante de todo planejamento. Ele efetua o raio-X da escola com a identificação dos principais problemas e desafios a serem superados. Precisa ser elaborado com a participação da comunidade escolar.

Foram considerados como eixos: resultados, intervenção direta, intervenção parcial ou indireta. Fazem parte da dimensão 1, os indicadores e taxas. Dimensão 2, distorção, aproveitamento e matrícula. Dimensão 3, ensino e aprendizagem. Dimensão 4, gestão. Dimensão 5, comunidade escolar. Dimensão 6, infraestrutura. Temas do diagnóstico: IDEB, Taxas de rendimento, Prova Brasil, distorção idade/série, aproveitamento escolar, áreas do conhecimento, planejamento pedagógico, tempo de aprendizagem, direção, processos, finanças, estudantes, docentes, demais profissionais, pais e comunidade, instalações e equipamentos.

No eixo um, são apresentados os dados, que a maioria consta no próprio sistema. O eixo dois está no centro do diagnóstico. Ele reúne os elementos sobre os quais a equipe gestora tem maiores condições de intervir, pois são questões que dependem diretamente de sua atuação, tais como: dificuldades de conciliar horários para realizar os grupos de estudos; alunos com dificuldades de aprendizagem; IDEB, taxas de resultados sem progressão nos últimos dois anos; taxa de reprovação sem redução nos últimos dois anos; necessidade de maior diversidade metodológica; evasão do Ensino Médio; pouco envolvimento da comunidade; necessidade do uso de diferentes espaços extraclasse para atividades pedagógicas. No diagnóstico são listados todos os problemas. A escola prioriza os mais críticos para elaborar o planejamento. Neste sentido, Ferreira (1998) afirma que:

A gestão da educação significa tomada de decisões sobre o que se ensina e como se ensina, a partir de finalidade; a quem se destina e com que objetivo o que implica em compromisso. Todas estas tomadas de decisões necessitam ser, portanto muito bem pensadas e selecionadas como as melhores dentre o existente, para que a formação que decorre da educação seja a melhor possível e a mais humana. (FERREIRA, 1998, p.12).

Dentre as ações propostas para serem realizadas na Escola Estadual Cecília Meireles em 2015, destacam: capacitações para os profissionais da escola (priorizando os professores), grupos de estudos, realização de palestras, oficinas (com temas de interesse da comunidade), troca de experiências exitosas, incentivo do uso de material diversificado e parceria com outras instituições de ensino, viagens e excursões, aquisição de materiais para incentivo às atividades artísticas, adequar o laboratório de informática viabilizando melhor uso, aquisição de livros literários e equipamentos com recursos áudio visuais, intensificar o desenvolvimento de projetos que incentivam a leitura, dentre outros.

Algumas das metas e ações propostas são viáveis sem uso de recursos financeiros, outros são necessários recursos. Os recursos são especificados conforme despesas de capital e custeio (capital quando o bem adquirido tem durabilidade maior e é considerado permanente. Custeio quando são despesas com manutenção ou aquisição de itens com menor durabilidade, prestação de serviços ou material de consumo diário). Após análise e aprovação do plano pelo MEC, os recursos são liberados. A Resolução do FNDE nº 17, de 19 de abril de 2011, dispõe sobre o Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE), cujas determinações devem ser rigorosamente atendidas para execução do PDE Escola.

Algumas das ações já foram desenvolvidas: reuniões com pais ou responsáveis, reuniões com o Colegiado Escolar, Palestras com as parcerias da Secretaria Municipal de Saúde e a Polícia Militar, grupos de estudos para análise da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar, avaliações diagnósticas dos alunos em todas as séries, início do plano de intervenção pedagógica (trabalho diferenciado com os alunos com dificuldades de aprendizagem). As atividades estão conforme o cronograma pré-estabelecido pelo MEC e foram avaliadas pelo grupo de trabalho como satisfatórias.

A operacionalização que envolve a elaboração de projetos, o acompanhamento, o cuidado para a criação de recursos, são tarefas administrativas. A execução dos planos é realizada com a participação do corpo docente empenhado

pela construção de uma educação de qualidade, com a comunidade escolar, numa gestão democrática, em uma construção coletiva (alunos, funcionários, pais, professores) para efetivar o que garante a legislação e está impresso no PPP da Escola Estadual Cecília Meireles:

a educação como principal fator de transformação do ser humano, desenvolvendo em nossas crianças e jovens competências e habilidades capazes de mudar sua realidade, descobrindo sua dimensão interior e buscando sua auto realização. (CIDADE NOVA, 2014, p.6)

6. LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PDE

O PDE apesar de beneficiar muitas escolas estaduais e municipais, apresenta algumas limitações e contradições. Enquanto o PNE (Plano Nacional de Educação) é preceito institucional, criado por meio de Conferências, ouvindo opiniões e sugestões propostas de forma democrática, o PDE foi criado pelo Decreto nº 6024 de 24 de abril de 2007, portanto, um ato do poder executivo. Enquanto ocorre o incentivo para o desenvolvimento do PDE, várias metas do PNE foram desconsideradas, inclusive sua avaliação. O programa que é nacional, portanto desenvolvido em vários estados do Brasil como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, tem entre seus estudiosos opiniões divergentes. A maioria concorda ao defini-lo e quanto aos seus objetivos propostos, mas consideram várias limitações. Conforme (CARA, 2007) o PDE apresenta limitações na infraestrutura, na qualidade e na valorização profissional.

Fernandes (2004) que analisa a realidade em Mato Grosso do Sul, questiona a fundamentação teórica com a participação e os resultados. Conforme a autora, os recursos destinados associam os objetivos do programa a uma gerência empresarial. Scaff (2007) critica a burocratização excessiva, a competição entre as escolas e o pouco enfoque da comunidade externa à escola. Sodré (2008) destaca que a educação tornou-se lucrativa para a indústria do papel, móveis, materiais pedagógicos. Defende bases teóricas, sugere analisar a sociedade com suas possibilidades e contrariedades. Saviani (2009) reconhece a importância do programa, mas salienta a necessidade de inovações para que a qualidade da educação seja assegurada.

Conforme o MEC (2007) o PDE é um instrumento de apoio à gestão da escola. Mas precisa haver também mudança de mentalidade na prática docente.

Existe pouca autonomia e descentralização quanto aos recursos financeiros. Existem itens que a escola precisa e não pode adquiri-los, deve seguir a opções propostas pelo sistema.

Nas opções de atividades, por exemplo, consta a capacitação como sugestão de ações. Na avaliação das analistas este item foi excluído com a justificativa que a secretaria já realiza estas capacitações. Realiza sim, mas não contempla todos os servidores.

Aparece no diagnóstico a infraestrutura, mas o valor do recurso não é suficiente para o que precisa na infraestrutura. A valorização do profissional não é considerada. Se o recurso é destinado conforme o número de alunos, ocorre a desigualdade de oportunidades de uma escola ou região para outra. Se a lei defende direitos iguais estamos diante a uma contradição.

Conforme consta na legislação, a escola é a instituição da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantam a educação básica de qualidade para todos. No entanto é preciso criar condições propícias para que o processo ensino/aprendizagem se efetive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Priorizar a educação é pensar na formação integral do ser humano, no desenvolvimento de suas capacidades física, intelectual e espiritual. Garantir o direito à educação é viabilizar a igualdade de condições conforme garantem a Constituição e a LDB. Conforme (PARO, 2007) a escola deve ser a instituição comprometida com a formação do cidadão. Este compromisso inclui o exercício da gestão democrática, um princípio importante contemplado no PPP da E.E. Cecília Meirelles.

Enfatiza-se que a escola desenvolve por meio do PDE, o planejamento participativo, com uma tendência de propostas de ferramentas para intervir na realidade. Embora seja benéfica em vários aspectos, a efetivação do programa não é tão democrática quanto deveria começando pelo processo para sua implantação. Há uma ênfase à gestão. O gestor, no entanto, é apenas o coordenador ou mediador do processo. A educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade e

todos estes sujeitos precisam estar envolvidos para que a gestão democrática seja prática cotidiana.

Existem divergências quanto ao PDE nas opiniões dos autores estudados nessa análise, apesar de a maioria considerar sua finalidade e objetivos. Assim, destacam-se algumas dentre as várias limitações e contradições: a competição entre escolas, a burocratização excessiva, pouco enfoque à participação da comunidade externa, centralização dos recursos, pouca autonomia da escola. A desigualdade social e econômica, o que sugere uma oferta de educação desigual de uma região para outra, faz parte desta consideração.

Segundo Saviani (2009) dentre as alternativas apresentadas para aperfeiçoamento do programa consta que a educação deveria ser tratada como uma questão de estado e não de governo, a criação de um sistema nacional que garanta o mesmo padrão de qualidade para todas as escolas e um plano nacional que fixe com clareza as metas e os recursos necessários. É essencial ter clareza sobre o sentido da educação escolar possibilitando assim, distinguir o que é imprescindível para o trabalho pedagógico. (Saviani, 2009).

Metas e ações do PDE são inseridas no PPP conforme a realidade e necessidade da escola, porém, são documentos distintos, um não substitui o outro. Indiferente dos meios utilizados é imprescindível lembrar a importância da escola para o processo da formação dos educandos. Portanto, faz-se necessário fugir da atualização isolada, buscar atuar de forma coletiva junto à comunidade, viabilizar maior pertinência social e conseqüentemente maior participação.

REFERÊNCIAS.

AZEVEDO, Janete, M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal**, Revista Educação & Sociedade n. 80, Campinas: CEDES, 2002.

BRASIL, **Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 de janeiro. 2015.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de janeiro. 2015.

CARA, Daniel. **Plano de Desenvolvimento da Educação Básica: ausências e limitações**. Retratos da escola, Brasília, n.1, 2007.

CIDADE NOVA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Cecília Meireles. Cidade Nova/MG, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mvE3aJkvaCMJ:portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 05 de fevereiro. 2015.

CURY, C.R.J. Plano Nacional de Educação. In: **Conferência todos pela educação**, 1. 2009, São Paulo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G0-me_ZH04> Acesso em 05 fevereiro 2015.

FERNANDES, Maria Dineia Espíndola. **Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): evidências da implantação em escolas municipais**. Caxambu, MG, 2004.

FERREIRA, Naura.S.C.(Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998. 120p.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a educação**. In: GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ:Voices,1995.

JOAQUIM, Nelson. Direito Educacional Brasileiro – **História, Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009. Ministério da Educação: PDE Interativo. Disponível em < <http://pdeinterativo.mec.gov.br/> > Acesso em 27 jan. 2015.

PARO, V.H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, V.H. **Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SAVIANI, Demerval. PDE- **Análise Crítica da Política do MEC**, Campinas, 2009. Ed. Autores Associados.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. **Possibilidades e limites da aplicação do planejamento estratégico à educação: uma análise a partir da escola**. Caxambu, MG: 2007.

SODRÉ, Lilian Beatriz Daroz Pinto de Arruda, **O Plano de Desenvolvimento da Escola- PDE na ótica da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul**. Caxambu, MG, 2008.

VEIGA, Ilma P.A. **As instâncias Colegiadas da Escola**. In: Veiga, I.P.A., RESENDE, L.M.G. (orgs.). Escola: espaço do PPP. Campinas: Papirus, 1998.

XAVIER, Antônio Carlos da Ressurreição. AMARAL SOBRINHO, José. **Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola**. Brasília: FUNDESCOLA, 2006.

ANEXOS

Projeto Político Pedagógico da
E.E. Cecília Meireles.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

**ELIANETE GONÇALVES DE OLIVEIRA
ELIZABETE DE AZEVEDO ALVES
GLAYCIMAR APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO
NATÁLIA FERNANDA LOBATO DE ABREU
ROSEANE ALVES DE ANDRADE**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	8
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A escola constitui uma das instituições responsáveis pela promoção da educação, através da educação escolar ela define o tipo de cidadão que deseja formar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dá às escolas, conforme o artigo 12, autonomia para elaborar e executarem sua proposta pedagógica. O que lhes confere certo nível de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. De acordo com Sens (2014, p.1) “A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática”.

A Escola Estadual Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG, telefone (37)3270-3300 e E-mail: escola.33666@educacao.mg.gov.br. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no entanto o prédio é cedido pela prefeitura desde a sua construção, e atualmente está em processo de doação.

Com o crescimento contínuo da cidade, novos bairros foram surgindo e as duas escolas existentes não conseguiam mais atender a demanda escolar, o que dificultava o acesso dos alunos. Então, um fazendeiro da época doou um terreno com área de 1.570 m² à prefeitura, que construiu o prédio e o Estado fundou a escola, que em homenagem à escritora recebeu o nome de Escola Estadual Cecília Meireles. A escola foi fundada em 22 de março de 1985 e inaugurada em 05 de agosto de 1985 com o antigo ensino do 1º grau. Inicialmente contava apenas com quatro salas de aula. Em 05 de fevereiro de 1991 através Resolução nº6.813/91 foi implantada a extensão do Ensino Fundamental e com o Decreto 43.936 de 22 de dezembro de 2004 ocorreu a implantação do Ensino Médio. Nos últimos anos foram feitas algumas ampliações e adaptações para atender o aumento no número de alunos.

Atualmente a escola atende a 930 alunos do bairro Bela Vista, de quatorze bairros vizinhos e da zona rural, respeitando e valorizando a cultura local, experiências de vida dos seus alunos, famílias e da comunidade onde a escola está inserida. Tem a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a

Educação de Jovens e Adultos (nível médio). Funciona em três turnos com vinte e sete turmas.

Os alunos apresentam nível socioeconômico bem diversificado e a maioria com nível de aproveitamento intermediário. Há predominância de alunos provenientes de famílias carentes em todos os aspectos: social, cultural e econômico. Alguns alunos com dificuldades de aprendizagem acentuada. Muitos alunos não moram com os pais, pertencem a famílias mono parentais: são criados só pela mãe, ou pelo pai e/ou mesmo por avós. As famílias em sua maioria são operárias das fábricas existentes na cidade, possuem nível de escolaridade muito baixo e alguns são analfabetos. Alguns pais apresentam problemas de alcoolismo e outras drogas que circulam no meio, estes problemas naturalmente, não deixam de influenciar na vida escolar dos alunos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não tem acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz, a quadra de esportes é coberta, a biblioteca não tem espaço suficiente para a maioria das atividades pedagógicas necessárias.

A maioria dos docentes possui formação em nível superior e pós-graduação. Participam de formação continuada e de outras atividades extracurriculares que são essenciais para a qualidade do ensino. No entanto, alguns discordam das políticas do estado por acreditarem que a educação não é tão valorizada quanto deveria e as ações não acontecem na mesma proporção que as teorias. Todos acreditam na educação como elemento essencial e transformador de uma sociedade.

O PPP é a expressão e a mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o 'seu rumo', delineando seus princípios, suas diretrizes e suas propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e 'doador' para a escola; o PPP não começa e nem acaba em um texto escrito. (CAMPOS e SCHEIBE, 2014, p.1).

Segundo Oliveira (2005, p. 31) "o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento". O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é um projeto coletivo, compreendido como movimento de planejamento participativo,

que partiu do diagnóstico da realidade da escola e ao que ela deseja ser, sua identidade.

A ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1).

Para Veiga (1997, p.27) “é no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino.”, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles foi elaborado pela equipe escolar, contando com a participação dos funcionários, alunos e pais analisando as prioridades e necessidades da escola, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola Cecília Meireles é mais do que uma exigência legal, é momento de discussão, análise da escola que temos para a organização, construção e definição de ações. Foi um momento necessário, pois como seres mutáveis, vamos traçando metas, avaliando ações, revendo conceitos, planejando e buscando a concretização dos ideais almejados. No decorrer do trajeto vamos percebendo que alguns projetos não foram exitosos, algumas metas não foram alcançadas, alguns métodos não apresentaram bons resultados. Nossa realidade vigente não alcançou nossas perspectivas. Por isso a necessidade de rever, replanejar, reestruturar e mudar estratégias, buscando alternativas para os principais problemas enfrentados pela escola, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, baseadas no diálogo, onde os diversos segmentos são coparticipantes no trabalho pedagógico.

Para Cury (2014, p.11), “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”. Sendo assim, a escola realizou oficinas envolvendo a direção, corpo docente, discentes, auxiliares de serviços e pais para reflexão sobre as cinco dimensões do Projeto Político Pedagógico.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O direito à educação não ficou restrito à Constituição Federal, foi enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Educação, nos pareceres e resoluções dos conselhos de educação dos Estados e da União. A educação consiste no principal fator de transformação do ser humano, através dela ele desenvolve competências, habilidades capazes de modificar a sua realidade, pois descobre a sua dimensão interior e a busca da autorrealização. A Escola Estadual Cecília Meireles, como instituição escolar constitui parte do amplo processo social de transformação da sociedade.

A escola precisa conhecer sua clientela, conhecer sua história para construir o seu próprio Projeto Político Pedagógico e assumir sua função social. No atual cenário a Escola Estadual Cecília Meireles tem por finalidade atender os alunos do Bairro Bela Vista e entorno, respeitando e valorizando sua experiência de vida, de suas famílias e a cultura local. Tem como objetivo geral estimular e impulsionar a equipe pedagógica para promover métodos eficientes que resultem na melhoria constante da qualidade do ensino.

A escola tem como objetivos específicos: conhecer, analisar e compreender os resultados obtidos pela instituição nas avaliações sistêmicas articulando as ações de planejamento às ações avaliativas (externas e internas), planejar e programar intervenções pedagógicas com práticas inovadoras numa perspectiva interdisciplinar com vistas a possibilitar o desenvolvimento dos alunos que se encontram em todos os níveis de desenvolvimento (baixo, intermediário e recomendável) criando mecanismos de atendimento diferenciado aos alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem envolvendo toda a equipe da escola, envolver a família no processo de intervenção pedagógica como parceiros e corresponsáveis por todas as ações previstas para a melhoria da aprendizagem dos alunos, adequar os espaços temporais para possibilitar a revisão da prática pedagógica dos professores a partir de estudos, discussões e planejamentos coletivos garantindo a efetivação das ações planejadas.

Sendo a escola responsável em formar pessoas críticas, participativas, questionadoras, capazes de exercer sua cidadania e reconhecendo a complexidade da prática educativa, busca na reelaboração do Projeto Político Pedagógico

subsídios que auxiliem na tarefa de assumir como educadores, a responsabilidade e importância no processo de formação dos alunos. A linha teórica pedagógica adotada pela escola é a Sócio Interacionista. O corpo docente da escola está em constante busca para melhorar sua prática, estudando sempre as teorias dos grandes pensadores da educação como: Paulo Freire, Henri Wallon, Emília Ferreiro, Jean Piaget, e Vygotsk. Isso em busca de subsídios teóricos para análise e redimensionamento de sua prática educativa para que assim possam em conjunto buscar soluções para sanar as dificuldades tanto dos alunos como dos próprios professores.

Cada segmento da Escola tem suas atribuições definidas, na qual todos trabalham em prol de um ensino eficiente, associando a teoria à prática, planejando, gerenciando e possibilitando ao ser humano a oportunidade de sair do papel passivo e assumir com efetividade o de sujeito ativo e crítico da vida e da história. Como cita Delors (1998, p.85) a escola busca proporcionar ao aluno, “a oportunidade de aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser.” A apropriação dos conhecimentos nas diferentes áreas, a cooperação, o senso crítico, a criatividade, a curiosidade, a responsabilidade, o crescimento da autonomia e o respeito aos outros, são valores que fundamentam a educação. Garantir entre alunos e funcionários uma convivência pacífica, respeitosa, solidária e amigável na escola e na comunidade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles propõe rever objetivos, conteúdos, formas de desenvolvimento das atividades, avaliações, expectativas de aprendizagem e maneiras de auxiliar os alunos em seus estudos. Visa oferecer ao educando condições para o acesso e a permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar instrumentos de compreensão da realidade local. Incentivar a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e interdisciplinares cada vez mais amplas removendo obstáculos na conquista da igualdade social para todos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, como a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais compromissados. (CURY, 2014, p.11).

A Escola Estadual Cecília Meireles, no exercício de uma educação democrática, realiza suas atividades conforme o que determina o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A escola desenvolve seu Trabalho com diferentes atividades que integradas compõem as dimensões: administrativa, financeira e pedagógica. Subdividindo em estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro de funcionários da escola é determinado por resolução anual da Secretaria de Estado da Educação conforme o número de alunos matriculados. O quadro administrativo da escola Cecília Meireles, é formado pela diretora, com carga horária de quarenta horas semanais, oito horas diárias, intercalando em três turnos (manhã, tarde e noite); duas vice-diretoras, cumprindo trinta horas semanais, sendo uma no turno da manhã e uma no turno da noite, três especialistas que auxiliam nas questões pedagógicas e administrativas e quarenta professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio nos três turnos, todos são habilitados, com formação em nível superior e a maioria com especialização.

A escola conta com uma secretária responsável pela parte funcional (benefícios, contagens de tempo, coordenação das atividades desenvolvidas na secretaria) e cinco auxiliares Técnicas da Educação Básica (com carga horária de trinta horas semanais), desempenhando atividades de registros, atualização da vida

escolar dos alunos, atendimento e prestação de contas. Doze Auxiliares de Serviços da Educação Básica com as tarefas específicas de elaborar a merenda, manter a higiene, limpeza e conservação dos móveis, recepção dos alunos e pequenos reparos.

Segundo Dourado (2014, p. 21), “a qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade”. A estrutura física da escola é bastante precária. As salas de aula não são tão arejadas e os ventiladores acabam sendo insuficientes. A cantina, sala dos professores, secretaria e biblioteca, os espaços são insuficientes. Na escola não há: sala de vídeo, laboratório de Ciências, sala de supervisão. O depósito para mantimentos, almoxarifado e sala para direção são improvisados. O laboratório de informática com dez computadores, apesar de vários reparos não funcionam (aparelhos obsoletos). A biblioteca com espaço insuficiente, não tem acessibilidade. A quadra é coberta. O número de mesas e cadeiras para alunos é suficiente e estão em bom estado. Existe uma televisão, um retroprojeto, um episcópio, dois aparelhos de DVD, quatro aparelhos de som portáteis, dois computadores na secretaria com acesso à internet, um computador com acesso à internet para uso administrativo, um Datashow e um microscópio. Na cozinha tem uma geladeira, um congelador, forno elétrico, dois fogões industriais e um micro-ondas. Na sala dos professores tem uma geladeira e um computador com acesso à internet. Há também Instrumentos que compõem uma fanfarra de pequeno porte. O acervo literário é bom. O telhado, as redes hidráulica e elétrica estão precários. A reforma e ampliação da escola é sonho de décadas, mas existem questões burocráticas, como o processo de doação pela Prefeitura ao Estado que está sendo formalizado. Como até o momento o prédio é cedido não houve nenhuma reforma efetuada pelo estado.

Os recursos financeiros são disponibilizados pela União e Estado através dos programas PDDE, PDE, PNAE, além dos recursos pré-determinados no decorrer do ano para manutenção e custeio. A escola realiza festa junina e recebe valores pouco significativos como doações, que são caracterizados como recursos próprios. Os recursos são usados conforme as necessidades da escola, definido pelo Conselho Escolar, sendo elaboradas as prestações de contas de todos os recursos adquiridos conforme a legislação vigente, e apresentadas para o conhecimento da comunidade, cumprindo os princípios da legalidade, publicidade e transparência.

Segundo Cury (2014, p. 21), “a gestão contemporânea impõe novos campos de articulação e de consulta. Hoje há um número já considerável de conselhos que permeiam o ambiente escolar”. O Colegiado Escolar da escola, órgão deliberativo e consultivo nos assuntos referentes às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, é composto pela diretora como presidente. Dois representantes com seus respectivos suplentes dos segmentos de alunos, demais funcionários da escola, professores, pais (de alunos menores de quatorze anos). A Comissão de Licitação, o Conselho Fiscal, são conselhos que existem na escola, fazem parte dos elementos que contribuem para uma gestão democrática.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola tem vinte e sete turmas sendo dez no turno da manhã (Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio), dez no turno da tarde (Anos Iniciais) e sete turmas no turno da noite (Ensino Médio Regular e EJA). A média de alunos por turma varia conforme o nível de ensino, sendo para os Anos iniciais, 25 alunos por turma, anos finais, 35 alunos por turma e Ensino Médio com 40 alunos por turma, variando a mais ou a menos em algumas turmas. A escola mantém a continuidade de seus alunos em curso e conforme a capacidade de oferta de vagas recebe alunos da rede municipal e bairros vizinhos. As turmas são formadas por idade e nível de escolaridade sendo heterogêneas.

O Ensino Fundamental estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos: Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade (1º, 2º e 3ºano) e os demais ciclos com duração de dois anos, Ciclo Complementar (4º e 5ºano), Ciclo Intermediário (6º e 7ºano) e Ciclo da Consolidação (8º e 9ºano). E o Ensino Médio com duração de três anos (1º 2º e 3ºano).

Conforme Dourado (2014, p. 8), “as pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam também que uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.” Os educadores da Escola Estadual Cecília Meireles, juntamente com alunos e pais, como participantes ativos, possibilitam que a escola apresente resultado otimista

quanto à aprendizagem. Os alunos desta escola, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Fundamental e os alunos do Ensino Médio, tem a oportunidade de fazer uso de todos os materiais didáticos disponíveis na escola e de outros materiais complementares provindos de pesquisas dos alunos e professores da escola, para enriquecimento do conhecimento.

Os planejamentos dos professores são elaborados a partir da avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo, sob a orientação das especialistas. O planejamento é anual, subdividido por bimestres, de forma flexível adequado conforme o perfil da turma e aprendizagem dos alunos. Os professores utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nos anos iniciais utilizam também as Matrizes Curriculares/CEALE para o Ciclo de Alfabetização inicial e Ciclo Complementar, os professores dos Anos Finais (Ciclo Intermediário e o Ciclo de Consolidação) e do Ensino Médio utilizam para planejamento os CBCs. A Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino médio na idade própria, proporciona-lhes o direito de constante aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas aptidões em sua vida profissional e social, através de atividades diferenciadas conforme seu contexto sociocultural.

A maioria dos professores trabalha de forma interdisciplinar para que os alunos alcancem os domínios e competências necessários para alcançar a meta proposta que é uma educação de qualidade. Os professores participam ativamente da elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica de acordo com as necessidades de cada turma, onde os alunos receberão suporte para sanar suas dificuldades. As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente por turno e mensal de forma integrada (para assuntos pedagógicos e administrativos).

A presença da família é de fundamental importância, mas nem sempre ela ocorre na proporção necessária por indisponibilidade de tempo dos pais. Além das reuniões bimestrais, os pais são convidados individualmente sempre que necessário. Conscientes da importância de um trabalho coletivo, de forma democrática e participativa a comunidade escolar vai efetivando a participação a cada dia.

3. CURRÍCULO

O currículo como prática social produz sentidos para o que é imaginado e, dessa forma, o constrói. É por haver quem imagine o currículo de determinada maneira e conceba a existência de uma nacionalidade para esse currículo, com determinadas bases para o conhecimento escolar, é que se articulam ações locais e globais em torno do que é imaginado. (LOPES, 2006, p.45).

O currículo é mais do que um conjunto de disciplinas. Incluem experiências, vivências, questões regionais, socioculturais, conforme a realidade de cada estabelecimento de ensino. Há a necessidade de associar a teoria do currículo às práticas escolares. A relação teoria-prática requer diálogo, flexibilidade e integração dos envolvidos no processo. Assim, estaremos rompendo limites e ampliando possibilidades.

Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1997, p. 26).

A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular contempla dois eixos: Uma Base Nacional Comum, obrigatória e definida pela União (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e uma parte diversificada, também obrigatória com conteúdos complementares definidos pela escola, conforme as características regionais e locais da comunidade.

A composição curricular da Escola Estadual Cecília Meireles busca a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, as ciências e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Religião). Assim, a escola organiza suas bases curriculares de acordo com a legislação vigente, Federal e Estadual.

Conforme a Resolução 2.197/2012 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo

às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa garantindo o direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Os Temas Transversais serão desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. De acordo com a resolução, a organização curricular do Ensino Médio, abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental as atividades pedagógicas serão organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, para os anos iniciais as Matrizes Curriculares e os guias do CEALE e para os anos finais os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas nos Ciclos de Alfabetização e Complementar, acontecendo também no Ensino Médio, formando assim cidadãos capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos da cada componente curricular e produzir com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados e dominar os conceitos matemáticos pertinentes a cada ano de estudo. Como escola participante do Projeto Reinventando o Ensino médio, ela trabalha conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos.

Os temas e atividades trabalhadas respeitam as questões regionais e socioculturais, buscando sempre o melhor processo para atingir o objetivo proposto, priorizando sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Esta instituição não oferece Educação em Tempo Integral por não ter espaço físico disponível.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 1997, p.29).

O tempo Escolar na Escola Estadual Cecília Meireles está organizado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). O ano letivo do Ensino Fundamental é de 200 dias, 40 semanas letivas, cinco dias letivos semanais. A carga horária anual do 1º ao 5º ano é de 800:00 h com módulos-aula de 48 minutos, a do 6º ao 9ºano, é de 833:20 h com módulos aula de 50 minutos. O intervalo com duração de quinze minutos. Sendo, portanto, 4h15minutos diárias do 1º ao 5º e 4h e 25 minutos do 6º ao 9º. O Ensino Médio (2º e 3º anos) regular tem a mesma duração de 4h e 25 minutos diárias, 833:20h anuais. As turmas participantes do Projeto Reinventando o Ensino médio têm carga horária de 3.000 horas, conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos e incluindo no turno diurno, o sexto horário.

Conforme Cavaliere (2007, p.1017) a organização social do “tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral”.

A enturmação segue o que especifica a Resolução 2.197 de 26 de outubro de 2012:

Art. 28 O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4(quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: I- Ciclo de Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2ºe 3º ano; II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano; III- Ciclo Intermediário, com duração de dois anos de escolaridade, 6º e 7º ano; IV- Ciclo da Consolidação com dois anos de escolaridade, 8º e 9º ano.(MINAS GERAIS, 2012).

As ideias quanto à adoção de séries ou ciclos divergem. Alguns autores, dentre eles educadores, consideram os ciclos como arranjo para ocultar a repetência. Outros consideram a repetência como punição, que desestimula e aumenta o índice de evasão. Conforme Alavarse (2009) a proposição dos ciclos:

Deve conduzir ao alongamento do tempo para que se possa trabalhar com objetivos mais amplos do que aqueles anualizados; portanto, ampliando as finalidades da escola e permitindo que se trabalhe melhor, isto é, que se trabalhe para que todos possam aprender. Por isso, sem forçar

denominações artificiais, essas preocupações conduziram aos ciclos de aprendizagem, por fazer do objetivo de aprendizagem um aspecto central, o que não pode ser interpretado como desconsideração pelas condições peculiares dos aprendizes e sua cultura. (ALAVARSE, 2009, p.42).

Em algumas situações, os ciclos são considerados como facilitadores da promoção automática. Freitas (2004) cita Bertagna (2003) quando distingue promoção automática de progressão continuada:

Na progressão continuada [...] a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir; na promoção automática, a criança [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. [...] Ser contra a progressão continuada, é negar a evidência científica de que toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal. (FREITAS, apud BERTAGNA, 2003, p.81,83).

A organização do ensino em ciclos se impõe então, como necessária para uma escola menos seletiva, menos excludente e menos autoritária. Moreira (2000) cita Cunha (1991), ao destacar a proposta curricular do Plano Mineiro:

Preservou as disciplinas tradicionais, enfatizando ao mesmo tempo, a necessidade de renovações no ensino, particularmente nas disciplinas ciências, história, geografia e educação para o Trabalho. Desejava-se direcioná-las, respectivamente, para os seguintes objetivos: o domínio da linguagem científica, a compreensão do espaço como realidade viva, a compreensão das condições (MOREIRA, 2000, apud CUNHA, 1991, p.113).

O Ensino Médio está organizado em séries (1º 2º e 3º ano). As turmas de segundos e terceiros anos funcionam à noite (quatro turmas), os primeiros anos, de manhã, com um sexto horário por fazer parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos (nível médio), curso presencial, com duração de 01(um) ano e meio, organizado em 03(três) períodos semestrais. As outras modalidades atendidas, o ano é dividido em períodos bimestrais.

Os professores têm uma carga horária de 20(vinte) horas semanais sendo 16(dezesseis) horas com regência de aulas e 04(quatro) horas extraclasse incluindo planejamentos.

A comunidade reúne a cada bimestre para divulgação e, análise dos resultados de aprendizagens. São realizadas no decorrer do ano atividades como festa junina, feiras culturais com divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos, apresentações artísticas e culturais, campeonatos e gincanas, além das demais comemorações previstas no calendário.

A escola Estadual Cecília Meireles trabalha com seus alunos a visão crítica, com ênfase nos valores. Utiliza seus espaços internos como salas de aula,

biblioteca, laboratório de informática (embora ineficaz), quadra, corredores e os espaços externos como biblioteca pública local, ginásio poliesportivo (campeonatos) e outras localidades da região através de viagens e excursões, associando o lazer ao conhecimento através de atividades previamente planejadas.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula. (VEIGA, 1997, p.30).

Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça esta prática, começando pela transformação da própria escola. Os ritmos de aprendizagem são diferentes e devem ser respeitados. Os recursos escolares devem ser eficazes para garantir a aprendizagem do aluno que é dever e responsabilidade da escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (CARMO, 2001, p.31).

A gestão da escola é democrática. O processo de escolha da direção segue a partir de uma avaliação de conhecimentos do gestor na sua área de atuação e em eleição, processo em que a comunidade escolar vota nos profissionais que melhor irão representá-los na função de diretor da escola.

As decisões de ordem administrativas e financeiras são tomadas a partir do colegiado e acompanhadas pela Superintendência Regional de Ensino. As decisões de ordem pedagógicas são tomadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico aprovado pelo colegiado. As decisões internas são tomadas em reuniões coletivas, em que todos têm direito a dar opiniões porque fazem parte delas como coparticipantes. São decisões como: calendário escolar, plano de trabalho, linha filosófica a ser seguida na proposta pedagógica, formas de avaliar, metodologias de ensino e aprendizagem etc. Todos tem conhecimento das decisões ou ações implementadas na escola.

A escola conta com dois importantes órgãos colegiados: O Colegiado Escolar que é o mais importante órgão colegiado da escola tem como função deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras. É composto por dois representantes de cada segmento da escola sendo: Profissionais em exercício na escola (professores e demais funcionários) e comunidade atendida pela escola (pais, alunos). Entre suas atribuições está analisar ações de forma coletiva e buscar meios para o cumprimento das finalidades da escola. Constitui um espaço de participação, discussão e decisão possibilitando a participação e promovendo a gestão democrática.

Os membros do Colegiado Escolar têm funções:

- (1) deliberativas, sobre decisões em assuntos relacionados ao Projeto Político Pedagógico que considera os interesses e as necessidades da grande maioria e outros assuntos;

- (2) consultivas quando se trata de questões encaminhadas pelos segmentos da escola e;
- (3) fiscais ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras avaliando e garantindo o cumprimento da legislação vigente e do regimento da escola e atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

O diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Colegiado escolar e também como articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo.

Dessa forma, pretendemos cultivar um colegiado atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

Outro importante órgão colegiado da nossa escola é o Conselho de Classe. Este órgão reúne professores, equipe pedagógica e direção para refletirem sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos, objetiva discutir e analisar o processo de aprendizagem, detectar aqueles com necessidade de acompanhamento. As reuniões do Conselho de Classe servem de fórum de discussão para situar as necessidades pedagógicas dos alunos, a partir deste diagnóstico realizar atividades priorizando superar as dificuldades dos alunos. Promover o diálogo entre os professores através da discussão de experiências vivenciadas e o estabelecimento de possibilidades e alternativas futuras, favorecer ações intervenientes mais adequadas, avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de conteúdo, caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica. O Diretor está presente nas reuniões do Conselho de Classe e deve possibilitar que as mesmas aconteçam sem limitações para os professores e demais participantes.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2014, p.6).

A gestão da escola é uma gestão compartilhada, as decisões são tomadas pelo coletivo. O gestor atua como líder, sempre buscando e estimulando a participação dos pais, alunos, professores e demais funcionários, na tomada de decisões e na implementação de ações proporcionando um clima de confiança.

Os diversos atores escolares têm papel de coparticipantes no trabalho pedagógico. As relações de trabalho são pautadas na ética profissional e em boas relações interpessoais. A relação de trabalho da escola com a comunidade e da comunidade com a escola é de parceria, embora ocorram muitos casos omissos em relação ao acompanhamento da aprendizagem pelos pais. A escola realiza todos os anos, vários eventos, previstos no calendário, momento em que há a participação da comunidade, como: Feira da Cultura, Festa da família na escola, Festa Junina, Jogos Escolares, Festival de Talentos, etc. A realização destes eventos propicia um entrosamento da escola com a comunidade, desenvolve habilidades e a criatividade dos alunos, incentiva a cooperação e participação de todos.

Os conflitos são resolvidos com diálogo em que todos são ouvidos numa tentativa de harmonizar as situações difíceis que vão surgindo. Os profissionais de nossa escola com o objetivo de tornar a escola mais eficaz, eficiente e efetiva consideram toda esta rede de relações como parte de seu espaço. Nesse sentido, procuram reinventar seus próprios espaços, produzindo ambientes mais confortáveis, atraentes e aconchegantes: remodelação das salas de aula com disposição diferente do mobiliário; dinamização da biblioteca; atividades no pátio, na quadra, na frente da escola, atividades desportivas, excursões.

Como organização administrativa a Escola Estadual Cecília Meireles compõe-se dos órgãos em funcionamento destinados a executar as funções de deliberação e prestação de serviços. O regime disciplinar, aplicável ao pessoal docente, técnico-administrativo e discente, tem a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do

aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos previstos e está expresso no Regimento Escolar. O regime disciplinar aplicável ao pessoal discente é estabelecido pelos Órgãos Colegiados, respeitadas as diretrizes contidas na Proposta Pedagógica da Escola e no Regimento Escolar. Os recursos sócios- pedagógicos previstos no regime disciplinar para os alunos devem ter valor formativo, objetivando melhorar a convivência dos mesmos dentro do ambiente escolar.

7. AVALIAÇÃO

Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas (OLIVEIRA, 2008, P.2386).

Avaliar significa medir quantitativamente e qualitativamente todo o processo de aprendizagem, é o resultado do empenho de toda a comunidade escolar, obtidos por alunos, professores, direção e demais funcionários. Vale ressaltar que o sucesso ou fracasso é coletivo e a busca por melhorias deve abranger todo o espaço escolar, desde as condições da escola e ações dos professores até o modo como os alunos são avaliados, ou seja, a escola deve ser avaliada em sua totalidade.

Um processo de construção, pelos atores envolvidos, de uma representação dos objetivos e dos efeitos de sua ação comum. Assim, a eficácia não é mais definida de fora para dentro: são os membros da escola que, em etapas sucessivas, definem e ajustam seu contrato, suas finalidades, suas exigências, seus critérios de eficácia e, enfim, organizam seu próprio controle contínuo dos progressos feitos, negociam e realizam os ajustes necessários.(SOUSA, 1999, p.5).

A função da avaliação é obter informações sobre os progressos e as dificuldades de cada aluno, verificando os pontos fortes e fracos da aprendizagem, visando o avanço dos métodos de ensino e resultados encontrados e atribuindo a cada um sua responsabilidade nesse processo. No âmbito escolar deve-se avaliar: o sistema de ensino, o sistema escolar e a aprendizagem dos estudantes. As avaliações, seus princípios e critérios deverão constar no Regimento Escolar e o Conselho Escolar deve fazer parte de toda a construção desse processo.

Além de avaliar o desempenho dos alunos, deve-se observar todo o contexto educativo: condições físicas da escola, o uso de materiais pedagógicos na aprendizagem, a atuação dos docentes e suas metodologias aplicadas. O processo de avaliação deve assumir um papel transformador, observando o interesse da população. Todos os componentes devem ser avaliados: alunos, professores, gestores, etc., deve ter a colaboração de todos, desde as análises encontradas até as ações a serem tomadas, o cronograma e direcionamento das intervenções necessárias.

Nas avaliações do sistema de ensino o objetivo é diagnosticar o sistema escolar no âmbito nacional ou regional. Neste processo, o Conselho Escolar deve observar os resultados das avaliações externas como SAEB, as internas ou do sistema e sua própria avaliação. Estas serão analisadas e, depois de verificados os

resultados obtidos, faz-se um cronograma com as ações a serem desenvolvidas para sua melhoria.

Os alunos realizam as avaliações externas como Prova Brasil e Provinha Brasil, as avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), participam de concursos e Olimpíadas de Matemática (OBMEP).

Alguns aspectos devem ser avaliados na organização do sistema escolar: taxa de reprovação, evasão escolar, elaboração de um Projeto Político Pedagógico, organização geral da escola, acompanhamento e rendimento dos alunos a avaliação de desempenho dos educadores e participação e envolvimento das famílias. Estes aspectos são analisados através de reuniões pedagógicas, questionários, estudo de casos e entrevistas.

A avaliação nos diferentes espaços de produção do conhecimento tem sido tradicionalmente considerada como um fator que ocorre no final do processo de produção do conhecimento. Sob esta ótica, foi fundamental perceber que a avaliação ocorre no decorrer de todo processo ensino aprendizagem. Dessa forma, pode-se falar em três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa (OLIVEIRA, 2008, p.2386).

A avaliação na Escola Estadual Cecília Meireles tem algumas funções básicas no processo de ensino aprendizagem: diagnosticar, ser formativa e somativa. Ela faz uma sondagem de conhecimentos já adquiridos, constrói novos conhecimentos através das falhas, acertos e troca de experiências que somados são pontuadas no final de cada bimestre ou no final do ano letivo, cabendo ao educador um acompanhamento contínuo do aluno, sua trajetória na construção do conhecimento.

Assim, na Escola Estadual Cecília Meireles nos Anos Finais e Ensino Médio são distribuídos 100 (cem) pontos ao longo do ano letivo, divididos em quatro bimestres de 25 pontos, sendo distribuídos em trabalhos, avaliações, aspecto comportamental, relatórios, etc. Para aprovação, exige-se rendimento de 60% em todos os conteúdos e 75% de frequência às aulas.

Os alunos dos anos iniciais são avaliados através de conceitos: A - Atingiu os objetivos propostos; B- Atingiu parcialmente os objetivos propostos e C - Necessita um pouco mais de esforço e atenção.

Durante todo o ano letivo os educadores proporcionam aos educandos oportunidades de recuperação contínua, onde os professores replanejam suas atividades com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas dos alunos que não

conseguiram acompanhar. Ela é feita através do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), atividades elaboradas após o diagnóstico das dificuldades através da vivência de novas oportunidades, a fim de corrigir desvios e suprimir ou reduzir omissões e falhas.

Se no final de cada bimestre, o educando continuar abaixo da média estipulada, tem a oportunidade de participar da recuperação paralela que engloba o estudo de conteúdos determinados e realizar uma nova avaliação. O aluno que não conseguir a média conforme consta no Projeto Político Pedagógico e Regimento será recuperado paralelamente, em sua própria sala, porém receberá atenção individualizada sem prejuízo do trabalho em grupo, preservando a autoestima.

O acompanhamento paralelo será feito preferencialmente pelo próprio professor, o processo de recuperação será contínuo durante o ano letivo, enquanto for necessário, a critério dos profissionais envolvidos. Todo o desenvolvimento do processo de recuperação deverá ser lançado na ficha do aluno, a fim de possibilitar acompanhamentos futuros e o desenvolvimento dos trabalhos e do aluno.

A recuperação final é oferecida aos alunos que, após término do ano letivo não alcançaram o resultado satisfatório para aprovação. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que não alcançaram a média com a recuperação final ainda tem direito a progressão parcial.

Conforme o art. 74 da Resolução nº 2.197/2012:

A progressão parcial, que poderá ocorrer a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos no ano letivo seguinte naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita ainda consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas. (2012 SEE/MG).

É preciso observar que não existe certo ou errado nas avaliações de aprendizagem dos estudantes e sim que é necessário notar cada situação didática e escolher a melhor forma de se avaliar, seja a observação, a aplicação de provas, relatórios diários, redações, anotações, seminários, sendo utilizados em sala de aula, em casa, individual ou em grupo de acordo com a necessidade da turma e objetivo do educador.

É importante a negociação sobre a discussão dos critérios de avaliação, sendo que o professor deve listar os conteúdos importantes, informar aos alunos e se colocar como parceiro, lembrando que o objetivo é a obtenção de melhores resultados para todos.

Lembrar, planejar e rever, construir e reconstruir, envolver os alunos nas atividades de sala, fazer uma avaliação eficaz, é papel do professor e do especialista, que repassam os resultados obtidos e buscam soluções quando estes não são satisfatórios. Estes resultados interessam aos alunos, pais, professores e equipe docente, que conhecem o processo de aprendizagem e se empenham na superação das dificuldades, através de estímulos e intervenções, avaliando as práticas, revendo falhas e construindo novos conhecimentos.

É claro que se os educandos não aprimorarem sua aprendizagem, serão inúteis todas as práticas democráticas, visto que, seus indicadores não são satisfatórios. É preciso que professores e alunos encarem com seriedade as práticas de avaliação, procurando formas que contemplem conjuntamente aspectos do processo e dos resultados.

De acordo com Veiga (1997, p.32) a avaliação possui dois fatores importantes: “Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

O grande desafio é ver a avaliação como um processo de colaboração, a vivência da avaliação deve fortalecer os órgãos coletivos, deve propor uma mudança na organização e na dinâmica de toda a instituição, tornando realidade uma educação democrática e de qualidade.

A avaliação institucional dá grande suporte à gestão da escola; na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas como ferramenta a serviço de levantar dados para o planejamento e monitoramento das ações escolares (SOUSA, 2014, p.3).

A avaliação dos servidores ocorre anualmente conforme a legislação da SEE (Secretaria De Estado da Educação) de Minas Gerais e no decorrer do ano através de auto avaliações, tendo como parâmetros a análise das ações realizadas.

Segundo Veiga (1997, p.32) “avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico”. A Avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é mais do que avaliação do aluno, mas dos professores, da equipe gestora, da Escola. A avaliação do Projeto acontece durante todo o processo de construção e de operacionalização que é flexível e contínuo o que permite investigar se as ações em desenvolvimento estão solucionando os problemas e dificuldades no processo educativo, para a elaboração de novas ações.

Os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação serão registrados para que, a partir deles, o Projeto seja reformulado e atualizado, anualmente, em um processo contínuo. O sucesso deste Projeto depende principalmente do envolvimento dos profissionais comprometidos e da comunidade com a educação da Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de obtermos melhorias na educação, é que nós, profissionais, aperfeiçoaremos nossas práticas pedagógicas, cientes de nossas limitações e dificuldades, reformulando estratégias, numa expectativa de realização e sucesso.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola constituiu em elaborar a organização do trabalho da escola, foi um momento de diálogo, análise do cotidiano da escola, onde tentamos realizar um projeto que visa o caminho a percorrer para chegar à escola que queremos construir. Houve a participação de todos os segmentos, em um planejamento participativo e democrático que contou com o envolvimento de todos nos momentos de decisões e escolhas.

O diagnóstico é o ponto principal por ser o momento de participação e estudo do marco situacional: Qual é o aluno que temos? Que educação queremos? Também é importante o estudo do marco referencial, onde a filosofia pautada na ética decidirá qual caminho teórico seguir.

De acordo com o embasamento legal e base-teórico-metodológica, o Projeto Político Pedagógico parte da linha filosófica discutida amplamente na comunidade escolar. Para o sucesso na organização escolar é de suma importância o uso do princípio democrático durante a discussão de cada aspecto da estrutura do documento.

Como todo projeto, o Projeto Político Pedagógico é um processo contínuo, o mesmo é retomado e aprimorado sempre que necessário e sua reformulação dar-se-á mediante a participação de todos os segmentos da instituição juntamente com a família revendo as práticas trabalhadas propondo novas ações, visando à democratização nas tomadas de decisões e também no momento de avaliação.

Família e escola compartilham do processo de formação do educando. Nessa parceria cada um tem um papel importante, cabendo a cada ente desempenhar com responsabilidade sua função, visando à obtenção de resultados satisfatórios e respeito ao lugar ocupado. Uma das maiores dificuldades da escola é fazer com que esta parceria ocorra de forma efetiva. Muitos pais são omissos em várias situações e atribuem à escola o que seria dever e responsabilidade deles.

Numa gestão democrática e participativa, o Colegiado é o órgão que acompanha e avalia a proposta. A cada ano e a cada mudança no âmbito da educação, requer sua avaliação e reelaboração.

O Currículo deve valorizar a cultura do aluno e da sua família. A realidade sociocultural é a referência para este planejamento curricular. E o tempo e espaços escolares fundamentam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resoluções da Secretaria de Estado da Educação.

Para uma boa relação de trabalho, a autoavaliação no dia a dia da prática e a reflexão da ação baseada na teoria garantem uma educação de qualidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pela equipe reforça a autonomia da escola viabilizando a educação que queremos para a sociedade que temos.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n. 40 jan./abr.2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (CF). 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 09 jul. 2014.

CAMPOS, Roselane Fátima, SCHEIBE, Leda. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas**. Disponível em < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 08 de ago. 2014.

CARMO, Raimundo Santos; GONÇALVES, Juçara dos Santos. **Gestão Escolar e o processo de tomado de decisão**. Belém: UNAMA, 2001. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 24 Jun. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: < www.cedes.unicamp.br > Acesso em: 09 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**, (2010). Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em: 01 jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em: 20 de jul. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou Séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Reunião anual da ANPED, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf>. Acesso em 09 jul. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br>> Acesso em 29 jun. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.197 de 26 de outubro de 2012**.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes Olhares, uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia**. Disponível em <<http://www.pucpr.br>> Acesso em: 10 de ago. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>> Acesso em 26 mai. 2014.

SENS, Aracy Santos. **Projeto Pedagógico da Escola**. Disponível em <<http://www.fecam.org.br>> Acesso em 08 de ago. 2014.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. Disponível em<<http://moodle3.mec.gov.br>> Acesso em 15 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 08 de ago. 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de. (orgs) **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1997.